



2º Simulado

TCE AM

Auditor Técnico de Controle Externo
Área de Auditoria Governamental
Pós-editais

Simulado Especial

TCE AM – Auditor Técnico de Controle Externo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE AM;
- 2 – A prova contém **80 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-AM-25-07>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E |

LINGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo / Luciana

TEXTO 1**Por que algumas pessoas envelhecem muito melhor do que outras?**

Ninguém deixa de notar que existem aqueles que aguentam melhor os anos e aqueles que os aguentam pior. Mas por que isso acontece? E, principalmente, podemos fazer algo para cair no lado bom?

Um efeito colateral inesperado das campanhas de vacinação em massa é que colocam as pessoas convocadas frente a frente quase com sua própria mortalidade. Não pela pandemia que as picadas ajudam a conter nem pela vacina em si, mas por reunir muita gente da mesma faixa etária em um só lugar — uma fila — com algum tempo para se dedicar a um dos passatempos mais difundidos entre os humanos: observar as pessoas. Acostumados a nos relacionar em nossos círculos e bolhas sociais, a fila da vacina pode ser uma saída da zona de conforto muito impactante: estou tão mal assim? Ou, para quem tem menos amor-próprio, por que todo mundo parece tão jovem?

A primeira coisa, antes de mais nada, é entender o que significa envelhecer e por que a passagem do tempo tem esse impacto em nosso corpo. “O corpo humano envelhece porque suas células envelhecem”, diz Salvador Macip, doutor em Genética Molecular e diretor do Laboratório de Câncer e Envelhecimento da Universidade de Leicester. E o que causa esse envelhecimento celular? Macip aponta que a ciência está de acordo em nove fatores, “que vão da perda de células-tronco a um aumento da oxidação e outros danos”. Ou seja, o envelhecimento físico é resultado de uma série de fatores complexos que interagem entre si. “Não tem uma causa única, por isso é difícil de entender e de manipular”, explica o especialista.

Outro aspecto fundamental do envelhecimento é explicado por María A. Blasco, bióloga molecular e diretora do Centro Nacional de Pesquisas Oncológicas (CNIO). São os telômeros, “as estruturas protetoras do nosso material genético e que, portanto, são essenciais para a vida das nossas células e do nosso organismo. À medida que vivemos e nossos tecidos se regeneram para reparar danos, os telômeros se desgastam, ficando cada vez mais curtos, até ficarem tão curtos que não podem mais exercer sua função protetora”, destaca. Seu grupo de pesquisa demonstrou que os telômeros curtos são a causa do envelhecimento e de suas doenças. E também, e isso talvez seja mais interessante, demonstrou (em camundongos) que manter os telômeros longos por mais tempo retarda tudo: o envelhecimento e suas doenças associadas.

Quanto ao que entendemos por envelhecer bem ou mal, Carmen María Sarabia Cobo, enfermeira, doutora em Psicologia pela Universidade Complutense de Madri e especialista em Envelhecimento e Doenças Neurodegenerativas explica que do que se está falando agora é mais sobre envelhecimento bem-sucedido. “É um estado em que a pessoa se refere sobretudo à satisfação com o momento que está vivendo. Vai além de estar bem fisicamente, não ter doenças ou ser independente. É um conceito global em que a pessoa em primeiro lugar se refere a ter uma boa qualidade de vida, sentir-se plena e satisfeita”, escreve por e-mail. Embora todo mundo prefira viver livre de doenças e de forma independente, “os estudos sugerem que é a capacidade da pessoa de se adaptar a essas mudanças e viver plenamente o que define o ‘envelhecer bem’”.

Chegamos ao cerne da questão: por que existem pessoas que se cuidam a vida toda e envelhecem mal e outras que fazem tudo que os médicos desaconselham e o pior que acontece com elas é caírem de um coqueiro? “Essa é a pergunta do milhão”, diz Salvador Macip. “Quando soubermos a resposta, poderemos não apenas prever como uma pessoa envelhecerá, mas também buscar maneiras de favorecer um envelhecimento mais saudável. Ainda temos um longo caminho a percorrer.”

No entanto, está claro que é uma combinação de dois grupos de elementos. “Acredita-se que existam fatores muito determinados pela carga genética (como o envelhecimento de órgãos internos como os pulmões ou os rins) e outros com forte carga ambiental (principalmente nosso estilo de vida), como o envelhecimento da pele ou do nosso sistema imunológico”.

Na pele, que é um dos aspectos mais visíveis do envelhecimento (e um dos primeiros que descobrimos com surpresa no espelho), esses dois fatores também atuam.

No entanto, se o que realmente nos interessa é chegar a esse envelhecimento bem-sucedido, temos de ir além da pele. “Nosso estilo de vida interage com nossa genética de uma forma importante. E esse estilo de vida saudável tem duas vertentes interessantes: a primeira é que quanto mais cedo adquirirmos hábitos saudáveis, melhor para o nosso organismo; e a segunda é que nunca é tarde para começar a adquiri-los, porque seu benefício é sempre relevante”, explica Carmen María Sarabia Cobo. “Esses hábitos são uma alimentação equilibrada, fazer atividade física, parar de fumar, proteger a pele da radiação, ter uma vida social ativa e uma vida com sentido”, afirma a especialista. Quanto ao elemento mais importante para envelhecer bem física e mentalmente, sua conclusão é clara: “mexa-se!”.

Finalmente, Carmen María Sarabia Cobo conclui o assunto explicando que, embora existam diferenças importantes no processo de envelhecimento de homens e mulheres, “o grande problema da velhice por sexo é a sociedade em que se vive. Uma sociedade com valores

orientados a permanecer "eternamente" jovem fisicamente, que condiciona que a mulher esteja jovem, mas 'castiga' menos o homem, que 'premia' por ser um maduro interessante, gera um fardo muito pesado para a mulher. O processo de envelhecimento é físico, sem dúvida, mas é a atitude com que se enfrenta a adaptação às mudanças que determina o verdadeiro envelhecimento bem-sucedido".

(BULNES, A. Por que algumas pessoas envelhecem muito melhor do que outras? *El País*, 08 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/estilo/2021-07-08/por-que-algumas-pessoas-envelhecem-muito-melhor-do-que-outras.html>. Acesso em: 18 jul. 2021. Adaptado).

01. No texto 1, a introdução tem a função de:

- a) apresentar as causas dos diferentes tipos de envelhecimento.
- b) fazer uma apresentação do assunto que será abordado.
- c) chamar a atenção para a realidade exposta na distribuição de vacinas no país.
- d) indicar as referências que servirão de parâmetro científico para o texto.
- e) explicar a diferença no envelhecimento de homens e mulheres.

02. O segundo parágrafo do texto tem a finalidade de:

- a) indicar a tese defendida sobre os motivos que levam a diferentes tipos de envelhecimento.
- b) iniciar a argumentação sobre os aspectos que evitam o envelhecimento precoce.
- c) comprovar uma afirmação feita no parágrafo anterior sobre o envelhecimento.
- d) apresentar uma definição para envelhecimento.
- e) questionar as informações sobre envelhecimento que aparecerão ao longo do texto.

03. A frase "Essa é a pergunta do milhão" (5º§), foi utilizada pelo autor de forma:

- a) literal para indicar o valor de se conhecer a fórmula para frear o envelhecimento.
- b) figurada para afirmar o valor das pesquisas científicas sobre o envelhecimento.
- c) figurada para chamar a atenção do leitor para o valor do conhecimento.

d) literal com o objetivo de suscitar a curiosidade do leitor sobre o tema exposto.

e) figurada com o objetivo de dizer que essa pergunta é a mais valiosa, a mais importante.

04. A palavra "células-tronco" aparece grafada com hífen pela mesma razão semântica do seguinte vocábulo abaixo:

- a) bem-sucedido.
- b) caneta-tinteiro.
- c) mal-educado.
- d) político-econômico.
- e) ex-diretor.

05. Observe os três segmentos abaixo, retirados do texto 1.

"[...] por que a passagem do tempo tem esse impacto em nosso corpo." (2º§)

"[...] esses dois fatores também atuam." (7º§).

"Esses hábitos são uma alimentação equilibrada, fazer atividade física, parar de fumar [...]." (8º§)

Nessas ocorrências, os pronomes demonstrativos utilizados:

- a) referem-se a itens posteriores a sua utilização.
- b) apresentam como referentes um único trecho imediatamente anterior a eles.
- c) ligam-se semanticamente a elementos já citados.
- d) indicam elementos relacionados ao tempo da construção textual.
- e) sempre têm como referente uma oração.

06. A palavra "hábitos" recebe acento gráfico pela mesma razão que a palavra:

- a) está.
- b) saudável.
- c) genética.
- d) caírem.
- e) além.

07. "No entanto, está claro que é uma **combinação** (1) de dois grupos de elementos. **Acredita-se** (2) que existam fatores muito determinados pela carga genética (como o envelhecimento de órgãos internos como os pulmões ou os rins) e outros com forte carga **ambiental** (3) (principalmente nosso estilo de vida), como o **envelhecimento** (4) da pele ou do nosso sistema imunológico". (6º§)

No segmento do texto assinale os vocábulos da mesma classe.

- a) 1 e 3.
- b) 1 e 4.
- c) 2 e 3.
- d) 3 e 4.
- e) 2 e 4.

08. "A primeira coisa, **antes de mais nada**, é entender o que significa envelhecer e por que a passagem do tempo tem esse impacto em nosso corpo." (2º§).

O termo sublinhado tem a função textual de:

- a) explicitar a primeira informação a que se deve dar atenção.
- b) retificar uma informação apresentada anteriormente.
- c) induzir o leitor a aceitar a argumentação apresentada.
- d) resumir os aspectos apresentados no primeiro parágrafo.
- e) destacar um fato isolado.

09. "À medida que vivemos e nossos tecidos se regeneram **para** reparar danos, os telômeros se desgastam, ficando cada vez mais curtos, até ficarem tão curtos que não podem mais exercer sua função protetora [...]." (3º§).

O termo sublinhado nesse segmento do texto equivale semanticamente a:

- a) a fim de.
- b) afim de.
- c) por meio de.
- d) através de.
- e) conforme.

TEXTO 2

O amor supera o calendário

Vovós tiram a roupa por hospital infantil. Doze senhoras decidem posar nuas em calendário para levantar recursos destinados a um hospital de câncer infantil. O grupo de voluntárias inspirou-se no filme "Garotas do Calendário", do diretor Nigel Cole, e decidiu tirar a roupa para levantar fundos para a instituição. Foram fotografadas nuas e segurando flores (25/09/2005).

[1] Convidada por amigas para posar sem roupa para um calendário beneficente, dona Isadora hesitou muito. Educada numa tradição de severo moralismo, desaprovava fotos desse tipo, que considerava baixaria. Além disso, aos setenta anos, não era exatamente um modelo desses que desfilam em passarela, embora conservasse ainda muitos traços de sua passada beleza e tivesse, graças à ginástica diária e a uma dieta controlada, um corpo até razoável para a idade.

[2] De outro lado, a causa era boa; tratava-se de ajudar um hospital especializado em câncer infantil, que precisava muito de dinheiro. Ao longo dos anos dona Isadora sempre participava com entusiasmo em campanhas desse tipo, mesmo que algumas, como a do calendário, fossem um tanto inusitadas, por assim dizer. O certo é que ninguém a recriminaria por sua atitude. O marido, que poderia fazê-lo - era um homem de rígida moral -, falecera há muitos anos, e os dois filhos moravam no exterior; dificilmente tomariam conhecimento do tal calendário. Mesmo que isso acontecesse, talvez até a apoiassem; eram jovens modernos, ousados mesmo. De modo que resolveu ir em frente, e no dia lá estava ela, sem roupa mas atrás de flores, posando para o fotógrafo. A princípio sentiu-se constrangida, mas lá pelas tantas estava até gostando, e foi muito sorridente que apareceu na foto.

[3] O calendário foi um sucesso; muita gente o adquiriu. Então, um dia, dona Isadora recebeu um telefonema. Do outro lado, uma voz masculina cumprimentava-a pela foto:

[4] - Vejo que você continua bela como sempre. Parabéns.

[5] Era o Belmiro, seu primeiro namorado. Haviam se conhecido no bairro em que moravam; tinham ambos dezoito anos e por uns meses viveram uma tórrida paixão. Mas então o pai dele, militar, levava a família para o Norte, o que acabara por interromper o namoro. Por décadas não se tinham visto; agora, no entanto, Belmiro, de volta à cidade, por acaso comprara o calendário e, pressionado pela saudade, resolvera telefonar. Como Isadora, estava viúvo; e, como ela, recordava com saudades os tempos de namoro.

[6] Estão morando juntos e vivendo muito felizes. Belmiro só fez uma exigência: Isadora jamais posará para um calendário de novo.

(SCLiar, M. O amor supera o calendário. In: **Histórias que os jornais não contam**. Rio de Janeiro: Agir, 2009, p. 127-128).

10. O texto 2 deve ser considerado:

- a) dissertativo-argumentativo, por expor a opinião do autor acerca do assunto abordado.
- b) descritivo, por apresentar prioritariamente as características das pessoas e coisas referidas.
- c) expositivo, por apresentar informações que esclarecem um assunto ao leitor.
- d) injuntivo, já que lista uma série de atitudes a serem tomadas nas atividades beneficentes.
- e) narrativo, por apresentar uma sequência lógica de acontecimentos.

11. No texto, há uma série de referências que indicam um tipo de formação moral e cultural que permeia os atos envolvidos com a exposição em um calendário beneficente. Assinale a alternativa que indica essa moralidade:

- a) "desaprovava fotos desse tipo, que considerava baixaria".
- b) "O certo é que ninguém a recriminaria por sua atitude".
- c) "eram jovens modernos, ousados mesmo".
- d) "lá pelas tantas estava até gostando, e foi muito sorridente que apareceu na foto".
- e) "tinham ambos dezoito anos e por uns meses viveram uma tórrida paixão".

12. "Era o Belmiro, seu primeiro namorado. Haviam se conhecido no bairro em que moravam; tinham ambos dezoito anos e por uns meses viveram uma tórrida paixão."

Na reescritura desse segmento do texto 2, a pontuação está INADEQUADA em relação às regras de pontuação em:

- a) Era o Belmiro: seu primeiro namorado. Haviam se conhecido no bairro em que moravam; tinham ambos dezoito anos e, por uns meses, viveram uma tórrida paixão.
- b) O Belmiro era seu primeiro namorado. Haviam se conhecido no bairro em que moravam; tinham ambos dezoito anos e, por uns meses, viveram uma tórrida paixão.

c) Era o Belmiro: seu primeiro namorado. Haviam se conhecido no bairro em que moravam. Tinha ambos dezoito anos e por uns meses viveram uma tórrida paixão.

d) O Belmiro, era seu primeiro namorado. Haviam se conhecido, no bairro em que moravam; tinham ambos dezoito anos: e por uns meses viveram uma tórrida paixão.

e) Era o Belmiro - seu primeiro namorado. Haviam se conhecido no bairro em que moravam. Tinha ambos dezoito anos e, por uns meses, viveram uma tórrida paixão.

13. No texto 2 há uma série de conectores; o conector sublinhado abaixo que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

a) "[...] agora, no entanto, Belmiro, de volta à cidade, por acaso comprara o calendário e, pressionado pela saudade, resolvera telefonar" / conclusão.

b) "Além disso, aos setenta anos, não era exatamente um modelo desses que desfilam em passarela" / contraste.

c) "De modo que resolveu ir em frente, e no dia lá estava ela, sem roupa mas atrás de flores" / causa.

d) "[...] não era exatamente um modelo desses que desfilam em passarela, embora conservasse ainda muitos traços de sua passada beleza" / concessão.

e) "A princípio sentiu-se constrangida, mas lá pelas tantas estava até gostando, e foi muito sorridente que apareceu na foto" / modo.

14. Em todas as frases a seguir está presente o acento grave indicativo da crase. Assinale a opção em que o acento grave é devido à junção de uma preposição de regência verbal mais um artigo definido feminino.

- a) "À medida que vivemos e nossos tecidos se regeneram para reparar danos, os telômeros se desgastam".
- b) "de volta à cidade, por acaso comprara o calendário e, pressionado pela saudade, resolvera telefonar."
- c) "É um estado em que a pessoa se refere sobretudo à satisfação com o momento que está vivendo."
- d) "é a atitude com que se enfrenta a adaptação às mudanças que determina o verdadeiro envelhecimento bem-sucedido".
- e) "embora conservasse ainda muitos traços de sua passada beleza e tivesse, graças à ginástica diária e a uma dieta controlada".

15. O segmento do texto 2 que apresenta características da descrição é:

- a) "Ao longo dos anos dona Isadora sempre participara com entusiasmo em campanhas desse tipo."
- b) "O calendário foi um sucesso; muita gente o adquiriu."
- c) "embora conservasse ainda muitos traços de sua passada beleza e tivesse, graças à ginástica diária e a uma dieta controlada, um corpo até razoável para a idade."
- d) "Belmiro, de volta à cidade, por acaso comprara o calendário e, pressionado pela saudade, resolvera telefonar."
- e) "Isadora jamais posará para um calendário de novo."

16. "O certo é que ninguém a recriminaria por sua atitude. O marido, que poderia fazê-lo - era um homem de rígida moral -, falecera há muitos anos, e os dois filhos moravam no exterior; dificilmente tomariam conhecimento do tal calendário. Mesmo que isso acontecesse, talvez até a apoiassem; eram jovens modernos, ousados mesmo. De modo que resolveu ir em frente, e no dia lá estava ela, sem roupa mas atrás de flores, posando para o fotógrafo." (2^o§).

Os itens destacados no trecho do texto 2 podem ser identificados como sendo:

- a) pronomes que apresentam referentes diferentes.
- b) substantivos que funcionam como elementos anafóricos.
- c) preposições que regem verbos ou substantivos.
- d) conjunções coordenativas que estabelecem relação entre orações.
- e) pronomes que apresentam o mesmo referente.

17. "Haviam se conhecido no bairro em que moravam; tinham ambos dezoito anos e por uns meses viveram uma tórrida paixão".

Assinale a alternativa que indica a forma verbal equivalente a "haviam se conhecido":

- a) conheciam-se.
- b) conheceram-se.
- c) conhecer-se-ão.
- d) conhecer-se-iam.
- e) conhecerem-se.

TEXTO 3



Duke

(O TEMPO. 14 jan. 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/charges/charge-14-01-2010-3.102206>. Acesso em: 18 jul. 2021).

18. Assinale a afirmativa que **não** está de acordo com as palavras e as imagens da charge acima:

- a) ambos os personagens conversam sobre a condição de ser idoso.
- b) há uma relação que se estabelece entre a ação infantil de chupar o dedo e a ação de um dos idosos.
- c) os governos são citados como sendo responsáveis pela situação em que os aposentados se encontram.
- d) a expressão facial do idoso da esquerda indica satisfação com a atual situação em que se encontra.
- e) o personagem da esquerda apresenta mobilidade física limitada, uma vez que segura uma bengala.

19. O objetivo da charge é:

- a) incentivar o envelhecimento saudável.
- b) condenar os hábitos dos mais velhos.
- c) tecer uma crítica política acerca da condição dos mais velhos.
- d) apresentar uma ideologia político-partidária.
- e) ironizar a postura dos idosos diante da vida.

20. Associando imagem e texto, pode-se afirmar que o ato de chupar o dedo indica:

- a) em sentido figurado, a condição de não receber aquilo que se tem direito.
- b) em sentido literal, os maus hábitos adquiridos por muitos idosos.
- c) em sentido figurado, a situação de não receber o alimento que se tem vontade.
- d) em sentido literal, a oposição entre ser criança e idoso.
- e) em sentido figurado, a situação de abundância por que passam os idosos.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em O espírito das leis, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema hodierno é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas:

- a) é órgão subordinado às casas do Poder Legislativo, ainda que não faça parte deste Poder.
- b) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprios.
- c) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.
- d) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.
- e) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

22. O Tribunal de Contas do Estado julgou as contas de João, imputando-lhe débito e multa. Nesse caso, é correto afirmar que a decisão do Tribunal terá eficácia de:

- a) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao próprio Tribunal de Contas, por intermédio de seu Ministério Público especializado.
- b) título executivo judicial, cuja execução caberá ao Ministério Público ou à procuradoria jurídica do ente beneficiário da decisão.
- c) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao ente público beneficiário da condenação imposta, por intermédio de seus procuradores que atuam junto ao órgão jurisdicional competente.
- d) título executivo judicial ou extrajudicial, cuja natureza dependerá da forma de execução da decisão.
- e) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao Ministério Público especializado, que funciona junto ao Tribunal, ou à procuradoria do órgão competente.

23. Joana, prefeita de um município do Estado do Amazonas, prestou as suas contas anuais à Câmara Municipal. Subsequentemente, as suas contas foram apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nesse contexto, considerando exclusivamente o entendimento do STF, é correto afirmar que o TCE:

- a) deverá emitir parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, competindo à Câmara Municipal o julgamento das contas de governo e de gestão.
- b) deverá emitir parecer prévio sobre as contas de governo, cujo julgamento caberá à Câmara Municipal, mas as contas de gestão serão julgadas diretamente pela Corte de Contas.
- c) deverá julgar as contas de governo e de gestão de Joana.
- d) deverá julgar as contas de governo e emitirá parecer prévio sobre as contas de gestão.
- e) deverá julgar as contas de governo e de gestão, conjuntamente com a Câmara Municipal.

24. João é prefeito de um município do estado do Amazonas e realizou a prestação de contas à Câmara Municipal. Em atendimento aos comandos constitucionais, o TCE-AM ficou encarregado de emitir parecer prévio.

Nesse caso, considerando o entendimento do STF sobre o tema e as disposições constitucionais, é correto afirmar que:

- a) se o parecer prévio sugerir a rejeição, a Câmara Municipal somente poderá rejeitar as contas de João mediante decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- b) o parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
- c) se o Tribunal emitir o parecer prévio propondo a rejeição, após o decurso do prazo de sessenta dias, a opinião da Corte de Contas produzirá efeitos jurídicos, representando a rejeição, em virtude do julgamento ficto, pelo decurso do prazo.
- d) a Câmara Municipal poderá avocar a competência do Tribunal de Contas do Estado, uma vez que somente o Poder Legislativo poderá julgar as contas.
- e) o TCE julgará as contas, caso a Câmara Municipal não emita o parecer prévio no prazo aplicável.

25. Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, independentemente de previsão no tratado constitutivo.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- e) sustar, de imediato, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

26. Joana é conselheira-substituta do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Nesse caso, pode-se afirmar que Joana:

- a) no exercício regular das atribuições, terá as mesmas garantias e impedimentos de Juiz da Capital.
- b) quando em substituição a conselheiro, terá as mesmas garantias, prerrogativas, e impedimentos de ministro do STF.
- c) está ocupando cargo em comissão, cuja escolha compete ao Governador do Estado.
- d) quando não convocado para substituir conselheiro, não poderá presidir a instrução dos processos.
- e) depois de empossada, só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, ou na hipótese de incompatibilidade ou impedimento, ou ainda por processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

27. Considere que, hipoteticamente, os servidores e os computadores de um órgão público de um município do estado do Amazonas foram invadidos. Em virtude dos ataques, todos os arquivos foram corrompidos, inexistindo backup sobre as informações relativas à gestão financeira e orçamentária. Após as investigações, ficou comprovado que não houve falha dos agentes públicos.

Ao final, ficou comprovada a inviabilidade do julgamento de mérito das contas do responsável pelo referido órgão público.

Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) as contas serão consideradas ilíquidas, sendo que o Tribunal ordenará o trancamento das contas e o consequente arquivamento do processo.
- b) por meio de decisão preliminar, o Tribunal determinará o arquivamento das contas.
- c) as contas serão rejeitadas, uma vez que se presume a irregularidade das contas.
- d) as contas serão julgadas regulares com ressalvas, pois este é o meio termo no que se refere ao julgamento das contas.
- e) após a decisão que determinar o trancamento das contas, o Tribunal poderá autorizar o desarquivamento, a qualquer tempo, para concluir o julgamento.

28. A denúncia, para ser processada no Tribunal de Contas do Estado, deverá, entre outros requisitos:

- a) ser formulada necessariamente por agente público.
- b) estar relacionada a administrador ou responsável sujeito ou não à jurisdição do TCE.
- c) versar sobre matéria de competência de qualquer Tribunal de Contas.
- d) ser apresentada por partido político, desde que possua representação na Assembleia Legislativa.
- e) conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço.

29. João foi responsabilizado pelo Tribunal de Contas do Estado pelo cometimento de irregularidades em sua gestão. Contudo, a forma de cálculo do débito que lhe foi imputado não foi apresentada pelo Tribunal, sendo ainda que algumas disposições da decisão da Corte aparentavam contradição.

Nesse caso, será cabível:

- a) a interposição de recurso de reconsideração, desde que a decisão seja de Câmara do Tribunal.
- b) a apresentação de recurso de revisão, no prazo de até 30 dias.
- c) a apresentação de recurso ordinário, contra a decisão final do Pleno.
- d) a oposição de embargos de declaração, com o objetivo de resolver a obscuridade, omissão e contradição na decisão da Corte.
- e) qualquer instrumento de recurso, uma vez que deverá prevalecer o duplo grau de jurisdição.

30. Sobre as contas do responsável pela gestão do TCE-AM, é correto afirmar, nos termos da Constituição do Estado, que:

- a) serão prestadas anualmente ao Congresso Nacional, titular do controle externo.
- b) serão prestadas trimestralmente ao Tribunal de Contas da União, para fins de consolidação do controle externo.
- c) serão prestadas anualmente à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa do ano seguinte ao último exercício financeiro.
- d) serão prestadas ao próprio Tribunal de Contas do Estado, em virtude de sua autonomia em relação ao legislativo.
- e) serão prestadas trimestralmente ao Poder Legislativo e anualmente ao próprio Tribunal de Contas do Estado.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Vinicius Nascimento

31. Determinado município do Amazonas realizou licitação para prestação de serviço continuado de limpeza e conservação. O prazo inicial do contrato é de 12 meses e foi assinado no dia 01/08/2020. O valor total do contrato é de R\$ 72.000,00, sendo emitido empenho ordinário no valor do contrato. Diante desse fato:

- a) O tipo de empenho foi adequado, porém o valor está equivocado, uma vez que deveria ter sido emitido no valor referente ao exercício financeiro, ou seja, R\$ 30.000,00.
- b) O valor do empenho está correto, porém deveria ter sido emitido empenho global e não ordinário.
- c) Não cabe empenho estimativo para contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação.
- d) O tipo de empenho não foi adequado, porém o valor está equivocado, uma vez que deveria ter sido emitido no valor referente ao exercício financeiro, ou seja, R\$ 30.000,00
- e) Caso haja necessidade de reforço do empenho, esse somente deverá ser emitido após um ano da assinatura do contrato.

32. Determinado órgão público percebeu a necessidade de realizar determinada despesa prevista no orçamento, porém com dotação insuficiente. Diante desse fato, o gestor foi orientado a solicitar abertura de crédito suplementar, para isso, foram levantadas as seguintes informações pela contabilidade:

| DESCRIÇÃO | EM REAIS |
|---|----------|
| Arrecadação de receita de impostos | 1.600,00 |
| Despesa corrente empenhada | 1.400,00 |
| Despesa corrente liquidada | 1.300,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 900,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | 300,00 |
| Abertura de Créditos extraordinários no exercício | 100,00 |
| Excesso de arrecadação apurado | 250,00 |
| Créditos adicionais reabertos | 30,00 |

Pela análise dessas informações, é possível afirmar que o total do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior é de:

- a) 300,00
- b) 170,00
- c) 370,00
- d) 350,00
- e) 220,00

33. Princípios Orçamentários são premissas, linhas norteadoras a serem observadas na concepção e execução da lei orçamentária. Válidos para todos os entes e para todos os Poderes, visam a aumentar a consistência e estabilidade do sistema orçamentário.

As alternativas abaixo tratam desses princípios, à exceção de uma, assinale-a.

- a) No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado em dois aspectos: formal e material. A inobservância desses aspectos pode gerar responsabilidade do gestor, inclusive crime de responsabilidade.

- b) Apesar do princípio da anualidade, a lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, em razão do princípio da anualidade orçamentária.
- c) O princípio da especificação/especialização estabelece que as receitas e despesas devam ser discriminadas, demonstrando a origem e a aplicação dos recursos na Lei Orçamentária Anual.
- d) O princípio da exclusividade busca evitar as chamadas caudas orçamentárias.
- e) O princípio da programação busca integrar o planejamento e o orçamento através de programas finalísticos e de gestão.

34. Acerca da receita orçamentária, marque a alternativa correta.

- a) A multa de trânsito é classificada como receita corrente e originária.
- b) A receita de alienação de bens legalmente apreendidos é contabilizada como receita de capital.
- c) A receita de dívida ativa não é identificada pela categoria econômica ou origem, mas pelo tipo 3.
- d) Indenizações e ressarcimentos são classificados como receita corrente de serviços.
- e) Concessão de folha de pagamento é receita extraorçamentária

35. A despesa pública pode ser detalhada em programação qualitativa e quantitativa. Dentro da programação quantitativa temos a classificação

- a) Funcional
- b) Institucional
- c) Programática
- d) Categoria Econômica
- e) Por esfera

- 36.** Em relação às operações de crédito, assinale a alternativa correta
- a) Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título por período acima de 12 meses.
 - b) Caso o Banco Central faça a emissão de títulos, essa dívida não será incluída na dívida da União, devendo ser controlada destacadamente do orçamento.
 - c) Cabe ao atual Ministério da Economia verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito do Estado do Amazonas, inclusive das empresas controladas, direta ou indiretamente.
 - d) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, poderá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.
 - e) A operação realizada em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal e o pagamento de juros e demais encargos financeiros.
- 37.** Em relação à despesa com pessoal, assinale a alternativa incorreta.
- a) É inconstitucional norma da CE que exclui do limite de gastos com pessoal as despesas com os pensionistas e os valores referentes ao imposto de renda retido na fonte dos servidores públicos estaduais.
 - b) Caso o município de Manaus verifique queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre anterior e, como consequência, extrapole o limite de gasto com pessoal, as restrições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal não serão aplicadas.
 - c) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão previsto na LRF.
 - d) Caso a despesa total com pessoal do Poder Legislativo Estadual ultrapassar os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.
 - e) A despesa total com pessoal contempla despesa com inativos e pensionistas, ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo.
- 38.** O ciclo orçamentário pode ser contemplado em 4 fases, mas também existe o chamado ciclo orçamentário ampliado. Nesse ciclo ampliado, a 4 fase é:
- a) elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo;
 - b) apreciação, adequação e autorização legislativa
 - c) proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo
 - d) apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo
 - e) avaliação da execução e julgamento das contas
- 39.** Considerando o controle da execução orçamentária, a Lei 4.320/64 estabelece:
- a) O controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos fatos de que resultem ou não a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
 - b) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas bimestrais de arrecadação atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.
 - c) Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.
 - d) O Poder Executivo exercerá o controle prévio e concomitante, cabendo ao se Tribunal de Contas ou órgão equivalente o controle posterior.
 - e) Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em ato administrativo, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

- 40.** Considerando os restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, assinale a alternativa incorreta
- Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, poderão ser computados como Restos a Pagar no primeiro ano de vigência do crédito.
 - As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
 - Quando a anulação de despesa ocorrer após o encerramento deste considerar-se-á receita do ano em que se efetivar.
 - É obrigatória a inscrição de restos a pagar processados.
 - Restos a pagar são despesas extraorçamentárias, enquanto a despesa de exercícios anteriores são despesas orçamentárias.

CONTABILIDADE GERAL

Wiliam Notário

- 41.** As contas do ativo e de despesas possuem natureza devedora, enquanto as contas do passivo, patrimônio líquido e receitas possuem natureza credora. Dessa forma, os saldos das contas de receitas, ativo e passivo aumentam quando nelas são efetuados, respectivamente, lançamentos a
- débito, débito e débito.
 - débito, crédito e débito.
 - crédito, débito e crédito.
 - crédito, crédito e débito.
 - débito, débito e crédito.

- 42.** Em 31/12/2020, a Sociedade Empresária Notário's apresentou, após apuração e distribuição de seus resultados, as seguintes informações contábeis de algumas contas e seus respectivos saldos:

| Contas | SalDOS |
|-------------------------------------|----------------|
| Duplicatas a Receber | R\$ 180.000,00 |
| Títulos a Pagar | R\$ 90.000,00 |
| Imobilizado e Intangível | R\$ 325.000,00 |
| Reserva de Ágio na Emissão de Ações | R\$ 85.000,00 |
| Estoque de Mercadorias | R\$ 235.000,00 |
| Fornecedores | R\$ 85.000,00 |
| IRPJ a Compensar | R\$ 82.500,00 |
| Reserva Legal | R\$ 80.500,00 |
| Reserva Estatutária | R\$ 145.000,00 |

(Considere que a listagem de contas e saldos não está completa e que o saldo da conta Capital Subscrito não foi informado.)

Baseando-se apenas nas informações apresentadas, o saldo da conta Capital Subscrito e o valor total do Patrimônio Líquido são, respectivamente:

- R\$ 822.500,00 e R\$ 647.500,00.
- R\$ 337.000,00 e R\$ 822.500,00.
- R\$ 337.000,00 e R\$ 647.500,00.
- R\$ 485.500,00 e R\$ 647.500,00.
- R\$ 647.500,00 e R\$ 337.000,00.

- 43.** Uma sociedade empresária apresentou as seguintes informações sobre o exercício social de 2020: incorreu em despesas no valor de R\$ 80.000,00 das quais R\$ 25.000,00 foram pagas no exercício e R\$ 55.000,00 serão pagas no exercício seguinte; obteve receitas no valor de R\$ 95.000,00 das quais R\$ 50.000,00 foram a prazo e serão recebidas no exercício seguinte e R\$ 45.000,00 foram recebidas no exercício. Considerando o disposto na Lei nº 6.404/76, que trata da escrituração contábil e os Pronunciamentos Técnicos do CPC, o resultado do exercício deverá apresentar o valor de:

- R\$ 5.000,00.
- R\$ 15.000,00.
- R\$ 20.000,00.
- R\$ 40.000,00.
- R\$ 55.000,00.

44. As informações correspondem à Companhia Notario's e ocorreram no exercício social de 20X0 (de 01/01/20X0 a 31/12/20X0):

- Compra de Imobilizado à vista no valor de R\$ 300.000,00;
- Pagamento, em dinheiro, de R\$ 40.000,00 a fornecedores, com a consequente baixa de uma obrigação que existia em seu Passivo Circulante;
- Vendas de mercadorias que geraram R\$ 1.166.048,00 de Receita Líquida e R\$ 849.225,00 de Custo dos Produtos Vendidos;
- Reconhecimento de Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas no valor de R\$ 205.347,00; e,
- Reconhecimento de Receitas Financeiras no valor de R\$ 38.347,00.

Outras informações ocorridas no mesmo período:

- Estudos econômicos realizados no Ativo B mostraram evidências significativas de que o valor contábil deste ativo excedia seu valor recuperável em R\$ 10.000,00. A Companhia A reconheceu este valor como perda pela não recuperabilidade de ativos durante o ano de 20X0.

Considerando as informações apresentadas, assinale, a seguir, o "Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro" que deveria ser corretamente divulgado pela Companhia A na Demonstração do Resultado de encerramento do exercício social de 20X0.

- a) R\$ 101.476,00.
- b) R\$ 139.823,00.
- c) R\$ 149.823,00.
- d) R\$ 316.823,00.
- e) R\$ 349.823,00.

45. Em 31 de dezembro de 20x0, uma empresa comercial apresentava em seu balanço patrimonial uma conta de clientes com um valor de R\$ 60.000,00. Em 02 de janeiro de 20x1, a empresa recebeu metade do referido saldo através de conta bancária. Em relação a este fato administrativo, é correto afirmar que:

- a) O fato provocou modificação no patrimônio líquido e, portanto, é considerado permutativo.
- b) É modificativo por ter provocado aumento dos valores a receber e diminuição da conta caixa.
- c) É permutativo, pois provocou ao mesmo tempo aumento e diminuição entre elementos do Ativo.
- d) O fato provocou alterações em contas patrimoniais e de resultado. Portanto, trata-se de um fato modificativo.
- e) Por não ter sido recebido integralmente, o fato não deve ser registrado.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

46. Acerca das Normas Brasileiras Técnicas do Setor Público (NBC TSP), assinale a assertiva correta:

- a) Estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, quando são mantidos para distribuição gratuita ou por valor irrisório.
- b) Entre as demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estão o balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- c) Propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro é um exemplo de Propriedade para Investimento, nos termos da NBC TSP 06.
- d) Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo, conforme determina a NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos.
- e) Caracterizam-se como evento subsequente, o evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual são publicadas essas demonstrações.

47. Conforme o mecanismo para consolidação das contas previsto no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente devem ser identificadas pelo dígito

- a) 1 (consolidação)
- b) 2 (intra OFSS)
- c) 3 (inter OFSS – União)
- d) 4 (inter OFSS – Estado)
- e) 5 (inter OFSS – Município)

48. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir e assinale a opção correta:

I – No balanço patrimonial, segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, estarão demonstrados os ativos financeiro e permanente, os passivos financeiro e permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação. Nesse sentido, caso o passivo real seja superior ao ativo real, há configuração de um saldo patrimonial denominado de passivo a descoberto.

II – A demonstração das variações patrimoniais evidencias as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e permite que a entidade do setor público calcule o resultado patrimonial.

III – Tanto o balanço orçamentário como o balanço financeiro evidenciam as receitas e despesas orçamentárias executadas no exercício.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

49. Acerca da NBC TSP – Estrutura Conceitual, analise as assertivas e julgue-as em V para (Verdadeiro) e F para (Falso).

() As características qualitativas se subdividem em dois grupos, fundamentais e de melhoria, sendo a relevância e a representação fidedigna, integrantes do primeiro grupo e a comparabilidade, compreensibilidade, tempestividade e a suportabilidade, integrantes do segundo.

() Sobre a restrição inerente à informação contábil, para que as informações consigam alcançar os objetivos propostos, em alguns casos, há necessidade do chamado equilíbrio ou compensação (*trade-off*) entre as características qualitativas.

() No âmbito público, diferente do setor privado, a comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos princípios e da mesma base de elaboração, sendo de período a período ou em um único período, no mesmo ente.

() A verificabilidade (suportabilidade) é a qualidade da informação que presta auxílio aos usuários sobre os fenômenos econômicos que se propõe representar.

() A verificabilidade da informação não é absoluta, por se tratar de que alguma informação pode ser mais ou menos passível de verificação do que a outra.

Assinale a opção que corresponde à sequência correta:

- a) V, V, F, F, V
- b) F, F, V, F, F
- c) F, V, F, V, V
- d) V, V, F, F, V
- e) F, F, F, V, V

50. Uma entidade do setor público possui dotação prevista em seu orçamento para manutenção de serviços anteriormente concebidos, nos quais se destinam a atender obras de conservação e adequação de bens imóveis. Nos termos da Lei n. 4.320/64, essa entidade deverá classificar a respectiva dotação como:

- a) Transferências Correntes
- b) Inversões Financeiras
- c) Investimentos
- d) Despesa de Custeio
- e) Transferências de Capital

AUDITORIA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Guilherme Santana

51. Um dos elementos de um tipo de risco determinado é o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação ou em conjunto com outras distorções não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade; outro elemento desse tipo de risco é a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, antes da consideração de quaisquer controles relacionados. As informações acima caracterizam o risco de:

- a) de controle.
- b) inerente.
- c) de auditoria.
- d) de distorção relevante.
- e) de detecção.

52. O atributo de auditoria em que se busca uma garantia de que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida denomina-se

- a) isonomia
- b) validade.
- c) relevância.
- d) suficiência.
- e) confiabilidade.

53. Nas auditorias, as seguintes técnicas devem ser realizadas pelos auditores governamentais:

- I constatação “*in loco*”, que deverá fornecer à equipe a certeza da existência, ou não, do objeto ou item verificado;
- II conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado;
- III realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada;
- IV verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada;

V examinar as transações que geraram lançamentos em contas patrimoniais, partindo-se dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a denominação correta de cada uma dessas técnicas.

- a) observação; conferência de cálculos; conciliação; circularização; exame documental
- b) observação; conferência de cálculos; circularização; conciliação; exame documental
- c) inspeção física; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis
- d) inspeção física; conferência de cálculos; conciliação; circularização; análise de contas contábeis
- e) exame documental; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis

54. O Manual de Auditoria Operacional do TCU discorre sobre alguns métodos de seleção de objetos de auditoria. Nesse sentido, o critério segundo o qual as auditorias selecionadas devem procurar responder questões de interesse da sociedade, que estão em debate público e são valorizadas é o(a):

- a) materialidade.
- b) relevância.
- c) vulnerabilidade.
- d) efetividade.
- e) eficácia.

55. Julgue os itens a seguir acerca do que preveem as NAT (Normas de Auditoria do TCU) sobre a documentação de auditoria:

I - Todo o trabalho de auditoria deve ser documentado de modo a assegurar a sua revisão e a manutenção das evidências obtidas;

II - Auditores devem preparar a documentação de auditoria em detalhes suficientes para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado;

III - Ao se planejar sua forma e o conteúdo, deve-se observar se o papel de trabalho irá contribuir para o atingimento do objetivo da auditoria e dos procedimentos;

IV - Papéis de trabalho permanentes são aqueles necessários ao trabalho por um período limitado, para assegurar a execução de um procedimento ou a obtenção de outros papéis de trabalho subsequentes;

Estão corretos:

- a) II e III
- b) II e IV
- c) I e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

56. A auditoria que objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados é a auditoria de:

- a) Avaliação da Gestão
- b) Acompanhamento da Gestão
- c) Contábil
- d) Operacional
- e) Especial

57. O componente da estrutura de controle interno que compreende as ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos.

- a) Avaliação de Riscos
- b) Ambiente de Controle
- c) Atividades de Monitoramento
- d) Informação e Comunicação
- e) Atividades de Controle

58. De acordo com a Constituição da República, são finalidades do sistema de controle interno, EXCETO:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- e) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

59. Após um golpe de Estado, o líder do movimento armado vitorioso solicitou que uma comissão de apoiadores, sob sua orientação, elaborasse um projeto de Constituição, o qual foi submetido a plebiscito popular, sendo, ao final, aprovado e publicado com força normativa. Essa Constituição dispôs que parte de suas normas exigiria a observância de um processo legislativo mais rigoroso para a sua alteração, com quórum qualificado para a iniciativa e a aprovação, enquanto a outra parte poderia ser alterada conforme o processo legislativo da lei ordinária.

Essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e rígida;
- b) popular e dogmática;
- c) bonapartista e flexível;
- d) cesarista e semirrígida;
- e) promulgada e analítica.

60. O Poder Constituinte Reformador encontra limites na ordem constitucional vigente. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Como limites temporais, a Constituição não pode ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de sítio ou durante o recesso parlamentar.
- b) Todas as limitações ao Poder Constituinte Reformador encontram-se expressas no texto constitucional.
- c) A Constituição de 1988 não admitiu, em hipótese alguma, alteração constitucional tendente a substituir o sistema presidencialista pelo parlamentarista.
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta durante o mesmo mandato parlamentar.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais.

61. Na República Federativa do Brasil, todo o poder emana do povo, que pode exercê-lo por meio de pessoas eleitas especialmente para esse fim. Esse processo de escolha caracteriza uma manifestação da

- a) democracia representativa.
- b) separação dos poderes.
- c) democracia direta.
- d) eleição indireta.
- e) federação.

62. José, pipoqueiro da esquina, percebeu que uma criança de aproximadamente 6 anos estava sendo duramente espancada por um adulto, no interior de uma casa, durante o final da tarde e o início da noite. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que José

- a) deve chamar um policial, que deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
- b) pode ingressar na casa, contra a vontade do morador, e prendê-lo.
- c) deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
- d) pode solicitar a interrupção da agressão, mas não ingressar na casa contra a vontade do morador.
- e) somente poderia ingressar na casa contra a vontade do morador, para interromper a agressão, caso ainda fosse dia.

63. Patrícia solicitou a matrícula do seu filho de 7 (sete) anos na Escola Municipal Gama, o que foi indeferido, por escrito, pelo Diretor, sob o argumento de que a requerente, ao preencher o respectivo formulário, declarara ser filiada a um partido político distinto daquele a que estava filiado o Prefeito Municipal. Por entender que o indeferimento era incompatível com a ordem jurídica, Patrícia solicitou que o seu advogado ajuizasse a ação constitucional cabível para que o juízo competente determinasse a matrícula de seu filho na escola.

Trata-se da seguinte ação:

- a) habeas corpus;
- b) habeas data;
- c) mandado de segurança;
- d) mandado de injunção;
- e) mandado de educação.

64. Emanuelle nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na empresa de perfumes em que trabalhavam na França. À luz da sistemática constitucional, Emanuelle:

- a) é brasileira nata, desde que seus pais tenham requerido.
- b) é brasileira nata, desde que o requeira aos dezoito anos.
- c) é brasileira nata, independente de requerimento.
- d) é apenas nacional francês, não brasileira.
- e) pode naturalizar-se brasileira.

65. Josefa, esposa do Prefeito Romeu, que exercia a chefia do Poder Executivo no Município Beta, foi informada pelo advogado da família que, de acordo com a ordem constitucional, não poderia candidatar-se ao cargo eletivo de Vereador no mesmo Município. Essa vedação é denominada:

- a) perda dos direitos políticos;
- b) vedação eleitoral;
- c) inabilitação;
- d) suspensão dos direitos políticos;

e) inelegibilidade reflexa por grau de parentesco.

66. Marta, Deputada Estadual, almejava apresentar um projeto de lei sobre direito financeiro, tendo constatado que competia à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria. Com o objetivo de atuar de modo correto, solicitou que sua assessoria esclarecesse o alcance da competência estadual nesse caso. Com embasamento na sistemática constitucional, a assessoria informou, corretamente, que o Estado, nesse tipo de matéria:

- a) pode legislar livremente sobre a matéria, já que as normas da União se destinam ao plano federal.
- b) enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria, possui competência plena.
- c) somente pode legislar nos limites em que seja autorizado pela União.
- d) revogará as normas gerais da União ao editar normas específicas.
- e) somente pode editar as normas de interesse local.

67. O Tribunal de Contas de determinado Estado, ao apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, emitiu parecer pela sua rejeição. Apesar disso, as contas foram aprovadas pela Assembleia Legislativa. À luz da sistemática constitucional, esse proceder está:

- a) errado, pois o Tribunal de Contas sempre exerce competência decisória, não consultiva, devendo aprovar ou rejeitar as contas do Governador, com recurso ao Tribunal de Justiça.
- b) errado, pois o Tribunal de Contas somente exerce competência consultiva em relação aos demais gestores públicos, não quanto ao Governador do Estado.
- c) certo, pois o Tribunal de Contas, em qualquer caso, deve emitir parecer prévio, cabendo ao Poder Legislativo o julgamento das contas do Governador.
- d) certo, pois apesar de o Tribunal de Contas ter o dever de julgar as contas do Governador, a Assembleia Legislativa aceitou a delegação de competência.
- e) errado, pois o Tribunal de Contas deve julgar as contas do Governador do Estado, cabendo recurso para a Assembleia Legislativa.

68. O Tribunal de Justiça do Estado Beta confirmou sentença proferida pelo juízo de primeira instância em desfavor de Amélio. Exauridos os recursos cabíveis perante as instâncias ordinárias, o advogado de Amélio constatou que foi julgada lei local que fora corretamente contestada em face de lei federal. Considerando a divisão de competências entre os órgãos jurisdicionais estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que o advogado de Amélio, preenchidos os demais requisitos exigidos, poderia interpor

- a) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal.
- e) mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Antônio Daud

69. No que se refere ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Promoção é a forma pela qual o funcionário progride na série de classes, e consiste na passagem da referência em que se encontra, para a imediatamente superior.
- b) Readaptação é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes ou classe singular para outra do mesmo ou de outro grupo, na jurisdição do mesmo ou de outro órgão integrante da Administração Direta.
- c) Readmissão é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da Administração.
- d) Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou "ex-offício".
- e) O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante adequado aproveitamento em cargo

de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

70. João, após um longo período de preparação para concurso público, foi nomeado para cargo de caráter efetivo da administração pública do Estado do Amazonas. Considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas, em regra João terá no máximo:

- a) 30 dias para tomar posse, contados da publicação do ato de provimento do Diário Oficial do Estado, sob pena de ser exonerado do cargo.
- b) 15 dias para tomar posse, contados da publicação do ato de provimento do Diário Oficial do Estado, sob pena de ser exonerado do cargo.
- c) 30 dias para entrar em exercício, contados da data da posse, sob pena de o ato de provimento ser tornado sem efeito.
- d) 15 dias para entrar em exercício, contados da data da posse, sob pena de o ato de provimento ser tornado sem efeito.
- e) 5 dias úteis para entrar em exercício, contados da data da posse, sob pena de o ato de provimento ser tornado sem efeito.

71. Assinale a alternativa que NÃO apresenta óbice para indicação a cargo de administrador de empresa estatal:

- a) pessoa que exerceu cargo em organização sindical, tendo se desligado há 24 meses.
- b) pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da estatal ou com a própria entidade.
- c) de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, em trabalho vinculado à realização de campanha eleitoral.
- d) de dirigente estatutário de partido político.
- e) de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, licenciado do cargo.

72. Tomando por base a Lei Estadual 2.794/2003, que dispõe sobre o Processo Administrativo no Estado do Amazonas, assinale a alternativa correta:

- a) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, no exercício de sua função típica.
- b) O recurso administrativo não será conhecido quando interposto após exaurida a esfera administrativa.
- c) Em regra, o processo administrativo comportará recursos por, no máximo, três instâncias administrativas.
- d) Da revisão do processo poderá resultar agravamento de sanção anteriormente aplicada.
- e) São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, exceto no caso de omissão de formalidades ou procedimento essencial.

73. No que se refere ao regramento dado pela Lei Federal 14.133/2021 a respeito dos Contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, embora possa onerar o objeto do contrato.
- b) O contratado será obrigado a corrigir, a suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários.
- d) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas, em qualquer situação.
- e) Sendo um ajuste personalíssimo, a legislação prevê que, na execução do contrato, o contratado está impedido de subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

74. Segundo dispõe a Lei Federal 14.133/2021, procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação dos interessados ou do objeto é denominado:

- a) pré-qualificação
- b) credenciamento
- c) registro cadastral
- d) inversão de fases do rito licitatório
- e) registro de preços

75. Compõem o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas:

- a) 7 representantes da União indicados pelo Presidente da República.
- b) 3 representantes da União indicados pelo Ministro da Economia.
- c) 3 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- d) 2 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- e) 3 representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado da Saúde.

76. Segundo prevê a Lei 14.133, considera-se obra de grande vulto aquela cujo valor estimado supera:

- a) R\$ 100.000.000,00.
- b) R\$ 200.000.000,00.
- c) R\$ 300.000.000,00.
- d) R\$ 400.000.000,00.
- e) R\$ 500.000.000,00.

77. A Lei 14.133/2021 NÃO se aplica a:

- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) compra por encomenda.
- c) locação.
- d) prestação de serviços técnico-profissionais especializados.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito interno.

78. A Lei 11.079/2004 dispõe que é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- a) cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00.
- b) cujo período de prestação do serviço seja superior a 5 anos.
- c) que tenha como objeto, conjuntamente, fornecimento e instalação de equipamentos e a execução de obra pública.
- d) que tenha por objeto a delegação do exercício do poder de polícia.
- e) pelo Poder Legislativo.

79. Maria, gestora pública no Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições, permitiu que José, seu vizinho, se enriquecesse ilicitamente, embora inexista comprovação de efetivo prejuízo sofrido pelo Estado.

Nesse caso, à luz do que dispõe a Lei 8.429/1992 e suas alterações, José

- a) poderá responder por ato de improbidade, desde que comprovado dolo.
- b) não responde por ato de improbidade administrativa, dada a inexistência de enriquecimento do agente público.
- c) não responde por ato de improbidade administrativa, ante a inexistência de prejuízo ao erário.
- d) poderá responder por ato de improbidade, atendidos os requisitos legais, desde que comprovado dolo ou culpa.
- e) poderá responder por ato de improbidade e ter seus direitos políticos cassados.

80. Considerando as regras positivadas na Lei 8.666/1993, ainda vigente, é correto afirmar que as compras devem, sempre que possível:

- a) atender ao princípio da diversificação.
- b) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, buscando-se aproveitar as peculiaridades do mercado, em busca de economicidade.
- c) buscar preços semelhantes aos do setor privado.
- d) balizar-se pelas condições de aquisição e pagamento da Administração Pública.
- e) ser processadas através do sistema de requisição de preços públicos.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-AM-25-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>